



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

POLÍTICAS PÚBLICAS E FAVELAS: O QUE MUDOU NAS FAVELAS BRASILEIRAS DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)?

Camila Carvalho (UFF) - lsc.camila@gmail.com

Arquiteta e Urbanista, mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Atualmente é doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFF e professora universitária na Faculdade Redentor.



POLÍTICAS PÚBLICAS E FAVELAS:

O que mudou nas favelas brasileiras durante o Governo Lula (2003-2010)?

RESUMO: Durante o governo do presidente Lula (2003-2010) houve um aumento considerável nos recursos destinados ao combate à pobreza no Brasil. Políticas públicas foram criadas para minimizar o déficit habitacional; prover infraestrutura básica; melhorar a saúde e educação e combater a fome. A literatura recente sobre a ‘Era Lula’ tem se concentrado em análises econômicas e territoriais sobre estas políticas. No entanto, há uma lacuna referente aos trabalhos que se propõem avaliar as mudanças ocorridas neste período nas áreas mais pobres das cidades - as periferias e favelas. O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças nas condições socioeconômicas e de infraestrutura nas favelas na primeira década do século XXI, no contexto do governo Lula. Utilizando dados do Censo, agregados ao nível do setor censitário relativos a 2000 e 2010, comparamos a situação de favelas localizadas em cinco regiões metropolitanas - Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador - que juntas somam quase 60% da população favelada do país. Os resultados demonstram que houve uma melhora significativa na situação socioeconômica e de infraestrutura urbana – corroborando a hipótese de que as favelas podem ter se beneficiado das políticas implementadas pelo governo federal.

Palavras-chave: favelas. Lula. políticas públicas. pobreza.

ST – “1”: “Projeto, Processo, Superação de Limitações”



1 INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI, houve uma queda significativa das taxas de pobreza no mundo. Os dados do Banco Mundial mostram que de 1990-2000 a taxa de pobreza extrema no mundo caiu 6,7%, enquanto no período 2000-2010 caiu 12,9%, quase o dobro (World Bank, 2018). A Organização das Nações Unidas (ONU) associa a queda da pobreza em alguns países em desenvolvimento com políticas de transferência de renda condicionadas à educação, saúde e trabalho. São exemplos o Bolsa Família no Brasil, *Oportunidades* no México, *Familias en Acción* na Colômbia, a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural de Mahatma Ghandi na Índia e o Programa de Rede de Segurança Produtiva na Etiópia. Segundo a ONU, estas políticas são agora generalizadas e cobrem proporções significativas da população em vários países (United Nations, 2011).

O Brasil acompanhou esta tendência de redução da pobreza no mundo. Durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), uma série de políticas públicas foram implementadas com o objetivo de diminuir a pobreza e seus efeitos no Brasil. Além do Programa Bolsa Família (PBF), outras políticas como a valorização do salário mínimo; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve uma modalidade concentrada nas favelas (PAC-UAP) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foram esforços do governo neste sentido.

A literatura recente sobre a ‘Era Lula’ tem se concentrado em análises econômicas e territoriais sobre as políticas implementadas no período. No entanto, há uma lacuna referente aos trabalhos que se propõem avaliar as mudanças ocorridas nas áreas mais pobres das cidades - as periferias e favelas. Por isso, entendendo que muitas destas políticas focalizaram-se na população mais pobre do país, muitas vezes residentes nas favelas, pautamos nossa análise nestas áreas.

Partindo desta premissa, o objetivo principal deste trabalho é contribuir em duas dimensões: sincrônica (geográfica) e diacrônica (histórica). No *plano geográfico*, o objetivo foi comparar as favelas localizadas em cinco regiões metropolitanas e entender no que elas se assemelham e no que elas se diferenciam. No *plano histórico*, o objetivo é verificar a hipótese de que, entre 2000 e 2010 – que abarca grande parte da chamada Era Lula, quando foram



implementadas políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, integração pelo consumo, entre outras – as condições socioeconômicas, de infraestrutura urbana e a qualidade de vida melhoraram nas favelas.

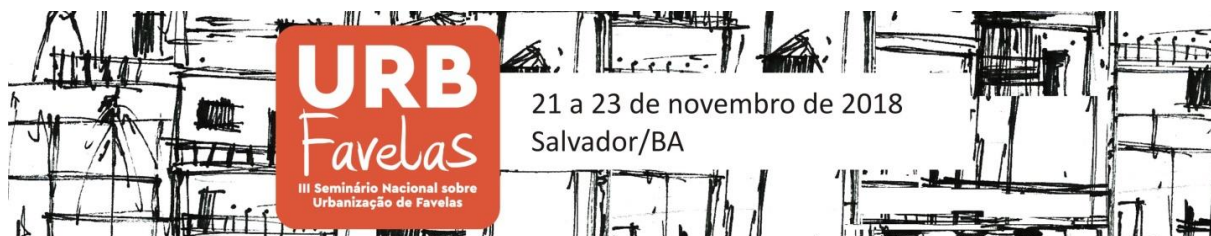
Para isto, utilizamos os dados provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao nível dos setores censitários para o ano de 2000 e 2010. Trabalhamos com os *aglomerados subnormais* localizados em cinco regiões metropolitanas (RM), a saber: RM Recife, RM Rio de Janeiro, RM São Paulo, RM Salvador e RM Belém. Juntas elas somam 59,3% da população favelada do Brasil (IBGE, 2011). Comparamos variáveis socioeconômicas e de infraestrutura urbana (renda, alfabetização, dependentes, idosos, água, esgoto e lixo) para os setores considerados aglomerados subnormais pelo IBGE.

2 O CONTEXTO LULA

A questão urbana no Brasil tem sofrido vicissitudes que variam com a situação político-econômica do país. A discussão sobre Reforma Urbana, iniciada ainda nos anos 1960, foi interrompida pela Ditadura Militar (1964-1985). A partir do final da década de 1980 este tema ressurgiu e a preocupação com a questão urbana brasileira ganhou força. Isto ficou claro com algumas conquistas alcançadas em relação às legislações específicas, como a inserção do tema urbano na Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade em 2001, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A criação do Ministério das Cidades em 2003, já no governo Lula, também foi um marco importante, fruto da luta dos movimentos sociais urbanos (Maricato, 2011). A partir de 2003 houve uma maior democratização na gestão da cidade, como a obrigatoriedade de participação popular nos Planos Diretores Participativos. Houve avanços, também, referentes à moradia, como o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social¹, criado em 2005.

¹ A Lei Federal 11.124, de 16 de junho de 2005, instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, com os seguintes objetivos: “viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação”.



No campo da ciência política, Singer (2012) inicia o seu livro “Os Sentidos do Lulismo” afirmando que o lulismo existe sob o signo da contradição. Ele defende que o governo Lula, apesar de não ter enfrentado os interesses da capital, concentrou grande parte de suas políticas públicas para a inserção de uma camada excluída na sociedade. Através do aumento do poder de consumo, das políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, crescimento do emprego, acesso ao crédito, podemos aferir que Lula concentrou seus esforços no campo social com o objetivo de diminuir desigualdades, combater a pobreza e, principalmente, a miséria.

O índice de Gini², metodologia utilizada em todo o mundo para medir a desigualdade³ de renda, mostra que a desigualdade, no governo Lula, caiu de 0,58 (2002) para 0,53 (2010) enquanto no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso variou de 0,59 (1995) para 0,58 (2002), além disso, “a renda dos 10% mais pobres cresceu 456% mais do que a dos 10% mais ricos” (Singer, 2012:181). Estes dados mostram que a desigualdade social e a discrepância de renda entre os mais pobres e mais ricos efetivamente diminuiu em algumas regiões metropolitanas.

Apesar da contradição inerente ao período, algumas destas políticas públicas se concentraram nas áreas mais pobres, localizando-se nas áreas mais precárias das cidades como, por exemplo, nas favelas e periferias. Este fato justifica que voltemos nosso olhar para tais áreas, admitindo que possam ter sido palco das mudanças mais significativas. Portanto, o período Lula é aqui entendido como o contexto de análise para as mudanças ocorridas nas favelas brasileiras.

3 MATERIAIS E MÉTODO

Para isso, o SNHIS centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica. A lei também cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, de natureza contábil, que tem o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS (BRASIL, 2005).

² O índice de Gini é uma metodologia usada para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Conrado Gini, em 1912. Os dados são expressos entre 0 e 1, onde “zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza” (wolffebüttel, Andrea. 2004:80).

³ Esta análise foi baseada nos dados de renda da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD).



3.1 Áreas de Estudo

A maior parte da população vivendo em favelas está concentrada nas grandes cidades, cerca de 80% (Pasternak e D’Otaviano, 2016). Segundo o IBGE, 59,3% da população residente em aglomerados subnormais (6.780.071 pessoas) estão concentradas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, de Belém, de Salvador e de Recife. (IBGE, 2011). A partir destas informações, optamos por trabalhar com os aglomerados subnormais localizados nestas cinco RM. Assim será possível obter um panorama sobre as mudanças ocorridas nas favelas na primeira década do século XXI no Brasil.

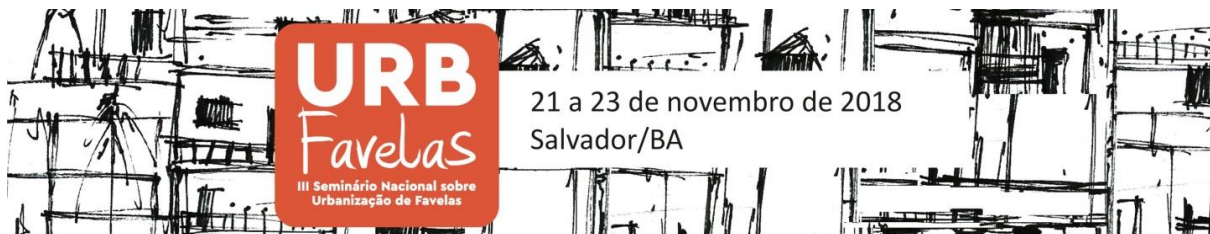
Foi realizado o recorte dos setores censitários definidos como aglomerado subnormal pelo IBGE naquelas cinco regiões metropolitanas. O aglomerado subnormal é o que o IBGE considera equivalente às favelas – o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2011).

3.2 Dados

A pesquisa foi realizada através do método da análise estatística com recortes longitudinal (temporal) e transversal (diferentes áreas) combinados. Neste caso, cinco regiões metropolitanas foram estudadas em dois anos distintos (2000 e 2010).

Após a seleção das áreas a serem estudadas, foi necessário eleger as variáveis que interessavam à pesquisa e estavam contidas nas bases dos dois censos. Os dados escolhidos foram obtidos ao nível do universo⁴ nos setores censitários. O setor censitário é uma área delimitada pelo IBGE com aproximadamente 300 domicílios e que pode ser coberta por um único recenseador – é a menor unidade de agregação dos dados fornecida pelo instituto.

⁴ Os dados do universo ou população são o conjunto de todos os indivíduos/ elementos que fazem parte de determinada área de estudo. No caso do Censo, isto significa que todos os domicílios foram entrevistados. Os dados da amostra são colhidos para uma parte do universo.

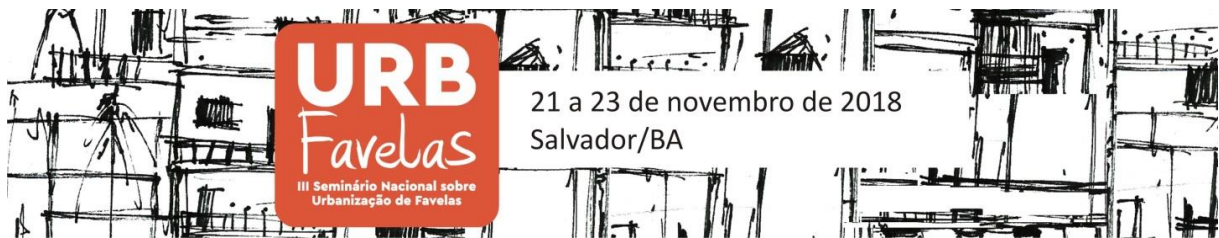


Foram escolhidas variáveis socioeconômicas (renda, alfabetização, dependentes, idosos e densidade domiciliar) e variáveis de infraestrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo). Na Tabela 1 é possível observar a compatibilização das variáveis para os dois anos estudados.

Tabela 1 - Lista de Variáveis Utilizadas por Tema

Dados 2000	Dados 2010
1. Rendimento	
Rendimento nominal mensal por pessoa responsável por domicílio particular permanente ⁵	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)
1. Infraestrutura Urbana	
Domicílios particulares permanentes	Domicílios particulares permanentes
Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral
Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza
2. Educação	
Responsáveis por domicílios particulares permanentes	Pessoas Responsáveis
Responsáveis por domicílios particulares permanentes alfabetizados	Pessoas Responsáveis alfabetizados
3. Dependentes	

⁵ Os valores de rendimento referentes ao ano 2000 foram corrigidos para 2010 pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).



Pessoas (população residente no setor)	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes
Pessoas com idade entre 0 e 14 anos	Pessoas com idade entre 0 e 14 anos
4. Idosos	
Pessoas (população residente no setor)	Pessoas residentes
Pessoas acima de 70 anos	Pessoas acima de 70 anos
6. Densidade Domiciliar	
Média do número de moradores em domicílios particulares permanentes	Média do número de moradores em domicílios particulares permanentes

Fonte: Elaboração própria

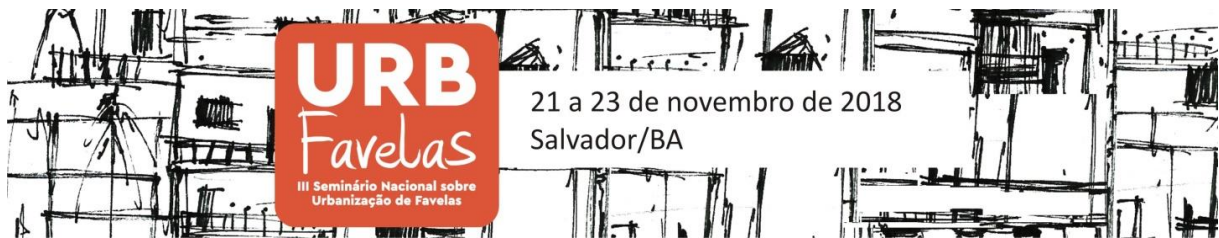
Após a definição das variáveis estudadas, procedemos com a análise estatística exploratória. O objetivo foi detectar o comportamento dos dados para as diferentes variáveis e depois compará-las para os dois anos estudados. Optamos por apresentar os dados em gráfico de caixa⁶ (*boxplot*) porque desta forma seria possível observar as diferenças entre as regiões metropolitanas, a diferença entre os anos de estudo e, ainda, a discrepância entre os setores para uma mesma região.

3.3 Limitações

O objetivo foi estudar as favelas brasileiras no contexto da criação de políticas do governo do presidente Lula. Não foi possível tecer relações de causalidade entre as políticas e as possíveis melhorias observadas na qualidade de vida das favelas e nem tampouco atribuir estas melhorias às políticas criadas pelo governo federal. Nosso objetivo foi tão somente indicar possíveis associações entre um período de governo no qual uma série de políticas foram direcionadas para a população mais pobre.

Para fins de análise neste trabalho, tanto o PAC quanto o PMCMV, criados respectivamente em 2007 e 2009, não podem ser entendidos como explicadores da mudança

⁶ As caixas na cor mais clara representam o ano de 2000 e as mais escuras representam o ano de 2010. As regiões metropolitanas estão posicionadas lado a lado nos gráficos para que seja mais fácil avaliar a variação de um ano para o outro e entre RM.



nos indicadores físicos e sociais. Ao utilizarmos os dados do Censo de 2010 temos a convicção que os resultados podem não significar possíveis impactos destes programas, porque foram criados muito próximos à coleta dos dados. Assim, o objetivo da discussão sobre os programas foi apenas ressaltar uma mudança na forma de intervenção do Governo Federal, concentrando investimentos nas áreas mais precárias e ilustrando o contexto socioeconômico que viveu o país neste período.

Outra limitação diz respeito à base de dados do IBGE. Segundo Pasternak e D’Otaviano (2016), com base nos Censo de 2000 e 2010, o número de pessoas vivendo em favelas passou de 6,5 milhões em 2000 para 11,4 milhões em 2010 - o que parece incompatível com os dados já apresentados que mostram a queda significativa na taxa de pobreza no período e com os dados do Banco Mundial, nos quais a população brasileira vivendo em favelas caiu de 31,5% em 2000 para 26,9% em 2009 (World Bank, 2018). Nossa suspeita é a de que a mudança na metodologia para definição dos aglomerados subnormais pelo IBGE em 2010 pode ter gerado esta distorção.

Portanto, a base cartográfica do IBGE contém variações do ano 2000 para o ano de 2010. Logo, os setores escolhidos são aproximados e não exatamente os mesmos, definidos pelo IBGE como aglomerados subnormais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rendimento

Os dados de rendimento mostram um aumento da renda em todas as RM analisadas, exceto para a RMSP, que teve uma pequena queda no rendimento médio mensal. A RM-RJ teve um aumento de renda pouco significativo. Estes dados podem estar relacionados com os dados mostrados no Gráfico 1, onde vimos um aumento da desigualdade nestas regiões, expressas pelo aumento do índice de Gini.

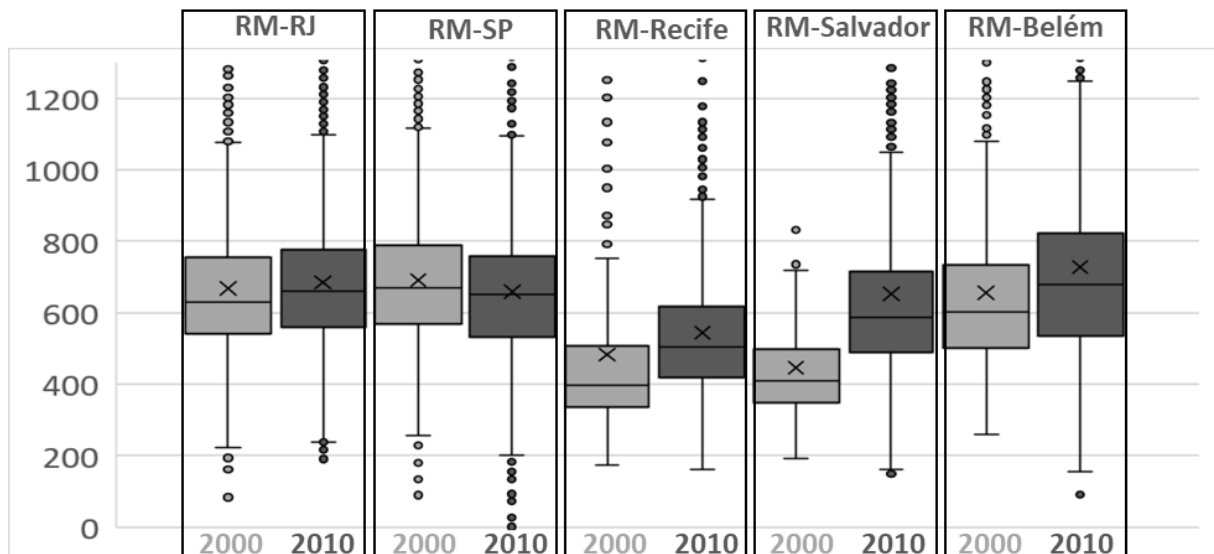
A RM-Salvador foi a que teve o maior aumento em relação a 2000, passando de R\$450 para R\$650 na média de renda. As outras RM tiveram um aumento não tão significativo como podemos observar no Gráfico 4. Belém e Recife também tiveram um aumento considerável, cerca de R\$100.



A RM com maior renda para os aglomerados subnormais é Belém, em média R\$730 e os piores resultados para a renda foram encontrados na RM-Recife, cujos moradores tem rendimento médio de R\$550.

Pelo tamanho das caixas (intervalo interquartílico) podemos observar que os dados não apresentam uma dispersão muito grande em relação à todas as RM. Ou seja, na maioria dos casos a discrepância entre o 1º e o 3º quartil é de cerca de R\$200,00. Isso indica que as RM estudadas possuem valores similares com relação à renda mensal nos aglomerados subnormais.

Gráfico 4 – Rendimento Mensal nos Aglomerados Subnormais das RM



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

Densidade Domiciliar

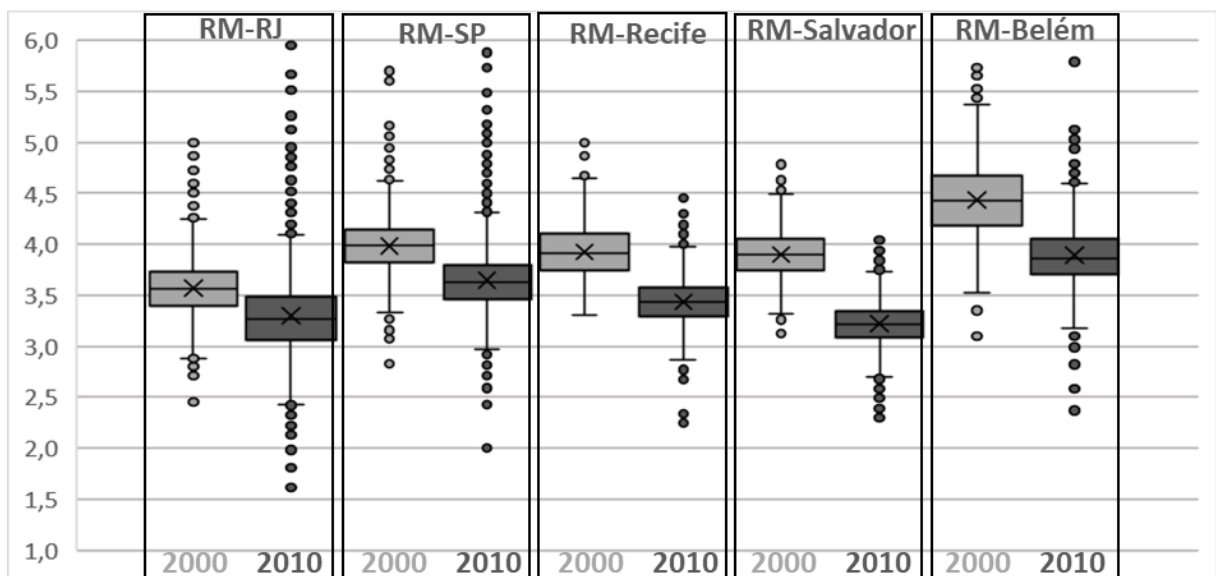
A densidade domiciliar é uma variável que se refere ao número de pessoas que vivem em um domicílio. Geralmente os domicílios com densidade domiciliar alta estão associados com uma renda mais baixa⁷.

⁷ Em outro trabalho, mostrei que no Rio de Janeiro, as áreas de mais baixa renda têm uma maior densidade domiciliar, tanto na escala da favela quanto na escala cidade (Carvalho, 2017).

Nos casos estudados, houve uma queda em todas as RM (Gráfico 5), com destaque especial ao caso da RM-Salvador – que apresentou uma queda mais significativa se comparada às outras áreas.

Neste quesito também verificamos que não há muita diferença em relação às RM estudadas. Na maioria dos casos, a densidade domiciliar nos aglomerados subnormais ficou em 2010 entre 3,0 e 3,5 moradores - com exceção da RM-Belém, que apresentava uma densidade muito alta em 2000, em média 4,3, e passou para 3,8 em 2010.

Gráfico 5 – Densidade domiciliar nos Aglomerados Subnormais das RM



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

Dependentes

A proporção de pessoas dependentes foi determinada considerando a população de 0 a 14 anos de idade vivendo nos domicílios. Esta variável, em muitos casos, está associada ao rendimento per capita, já que quanto maior o número de dependentes menor será este rendimento. Nos casos estudados podemos observar uma queda significativa em todas as RM.

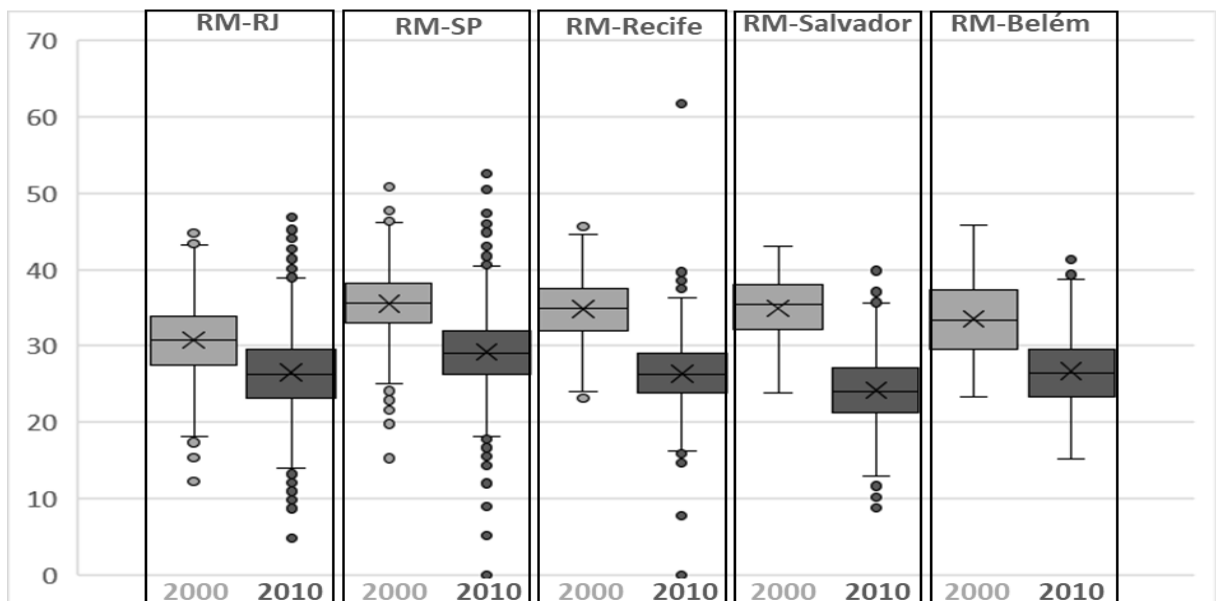
De acordo com o Gráfico 6, podemos avaliar ainda que não há muita discrepância entre as RM, uma vez que todos os casos ficaram entre 20 e 40% em 2010. Para 2000, a proporção de pessoas dependentes estava entre 30 e 35% da população. A queda mais abrupta na



proporção de dependentes aconteceu na RM-Salvador, passando de 35% em 2000 para 25% em 2010.

Os resultados encontrados seguem o levantamento do Ministério de Desenvolvimento Social, que mostrou que “entre 2003 e 2013, enquanto o número de filhos até 14 anos caía 10,7% no Brasil, as famílias 20% mais pobres do país (...) registravam uma queda mais intensa: 15,7%” (Ministério de Desenvolvimento Social, 2015).

Gráfico 6 – Proporção de pessoas dependentes nos Aglomerados Subnormais das RM



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

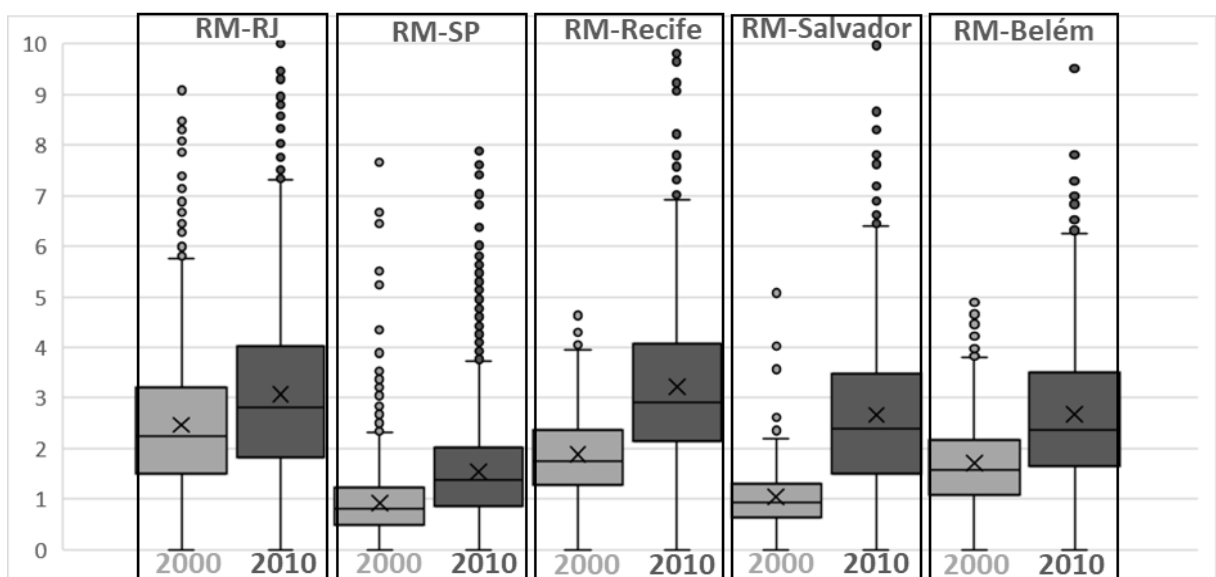
Idosos

Este dado foi obtido considerando pessoas com idade igual ou superior a 70 anos. Sabendo que a proporção de pessoas idosas está associada a uma maior expectativa de vida da população, percebemos no Gráfico 7 que em todas as RM a proporção de pessoas idosas aumentou. Este dado também segue a tendência brasileira de aumento da expectativa de vida que passou de 70,0 anos em 2000 para 73,8 em 2010 (World Bank, 2018). É importante destacar, ainda, que as políticas de combate à fome e melhoria da infraestrutura podem ter contribuído para um aumento da proporção de pessoas idosas nas favelas.



De acordo com o Gráfico 7, é possível observar que em 2000 as RM SP e Salvador apresentavam uma proporção de pessoas idosas de 1%, em média – enquanto nas outras RM estudadas os resultados apontavam cerca de 2%. Para 2010, as RM estudadas apresentavam mais de 2,5% de pessoas idosas nos aglomerados subnormais, com exceção de da RM-SP que teve um aumento pouco significativo, chegando a 1,5%.

Gráfico 7 – Proporção de pessoas idosas nos Aglomerados Subnormais das RM

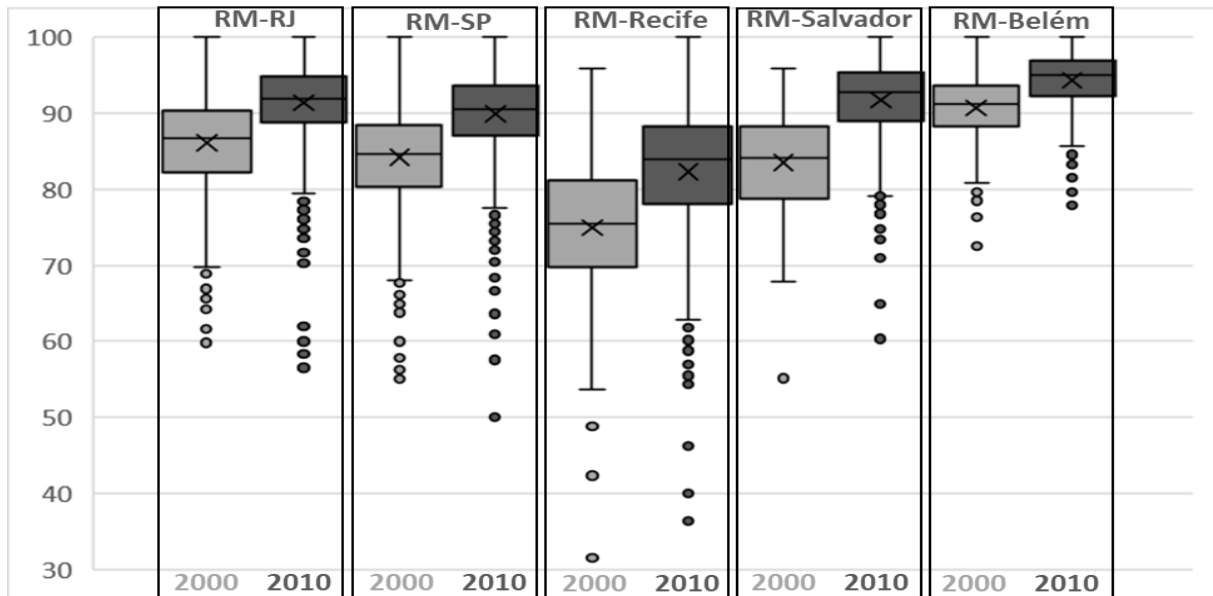


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

Alfabetizados

A proporção de pessoas alfabetizadas nas favelas também foi uma variável que teve alta significativa durante o período estudado. Em 2010 todas as RM com exceção do Recife tinham em média mais de 90% da população alfabetizada. A RM-Recife, apesar de ter tido uma melhora significativa, ainda tem uma taxa muito baixa, cerca de 18% da população ainda não é alfabetizada. A RM-Belém apresenta a melhor situação para esta variável, com cerca de 95% da população dos aglomerados subnormais alfabetizadas em 2010.

Gráfico 8 – Proporção de pessoas alfabetizadas nos Aglomerados Subnormais das RM



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

Infraestrutura

Abastecimento de Água

Os dados sobre a proporção de domicílios com abastecimento de água pela rede geral mostram que não houve uma melhora significativa na situação dos aglomerados subnormais. A RM-Belém tem o pior cenário nesta categoria, em 2000 tinha uma média de 62% dos domicílios com abastecimento de água e em 2010 passou para 61,2%. A situação da RM-Belém se mostrou discrepante em relação às outras regiões estudadas - que mesmo em 2000 já tinham mais de 80% de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água.

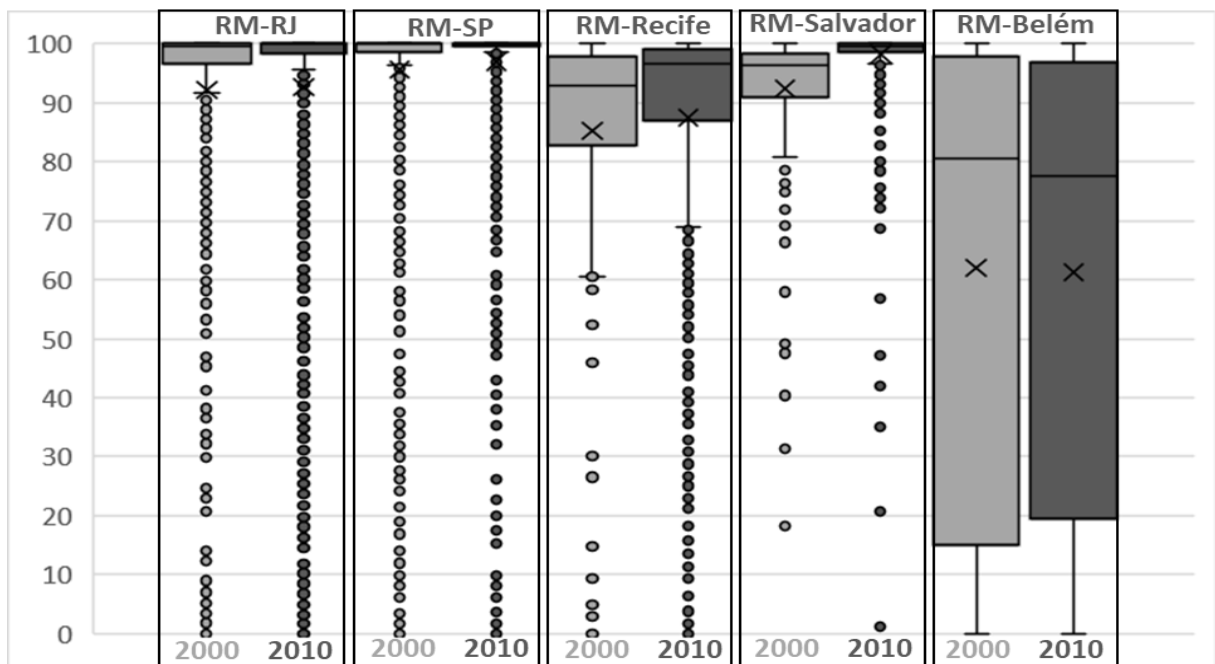
O intervalo interquartil da RM-Belém indica que há uma dispersão alta, mostrando que há uma variação grande entre os setores. A assimetria da caixa (com a mediana na faixa de 80%) também serve de base para afirmar que, apesar da grande variação detectada, quase metade da população tem cerca de 80% das residências com abastecimento de água.

A melhora mais significativa pode ser vista na RM-Salvador que passou de 92,4% em 2000 para 98,3% em 2010, como pode ser visto no Gráfico 9. No caso da RM-RJ e RM-SP,



podemos observar que há pouca dispersão entre os dados, o que indica que a maioria dos setores estudados tem valores muito próximos para esta variável – apesar do grande número de outliers (valores atípicos) detectados.

Gráfico 9 – Proporção de domicílios com abastecimento de água nos Aglomerados Subnormais das RM



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

Esgotamento Sanitário

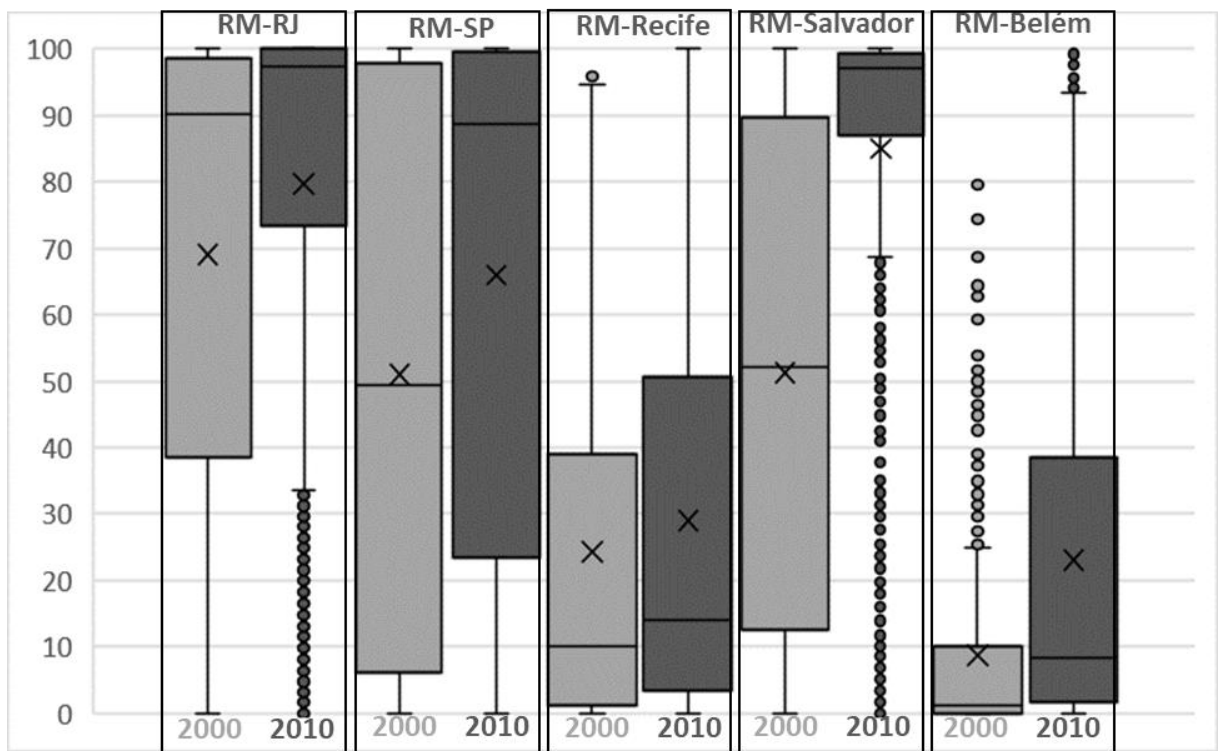
Os dados de esgotamento sanitário mostram que houve uma melhora em todas as RM. É importante destacar neste tópico a situação das RM Recife e Belém que tem taxas muito baixas de domicílios com esta infraestrutura. Em 2000 a RM-Belém tinha menos de 10% dos domicílios ligados à rede geral e a RM-Recife tinha 24,3%. Houve uma melhora significativa na RM-Belém, um aumento de quase 15% no ano de 2010 quando 23,1% dos domicílios estavam ligados à rede geral de esgotamento. Apesar desta melhoria, se analisarmos a situação da RM-Belém pela mediana, veremos que a situação ainda é muito ruim, metade dos setores em 2010 possuíam menos de 10% de domicílios ligados à rede geral.



Outra melhora relevante neste quesito aconteceu na RM-Salvador, o aumento na proporção de domicílios ligados a rede geral de esgoto foi em média 35% em relação a 2010.

Cabe destacar neste tópico, que não há um padrão em relação à estrutura dos dados para as RM. Como podemos observar no Gráfico 10, em algumas RM como SP (2000 e 2010), RJ (2000) e Salvador (2000) a dispersão entre os dados é grande, mostrando que a situação dos setores censitários varia muito de acordo com esta variável.

Gráfico 10 – Proporção de domicílios com esgotamento sanitário nos Aglomerados Subnormais das RM



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

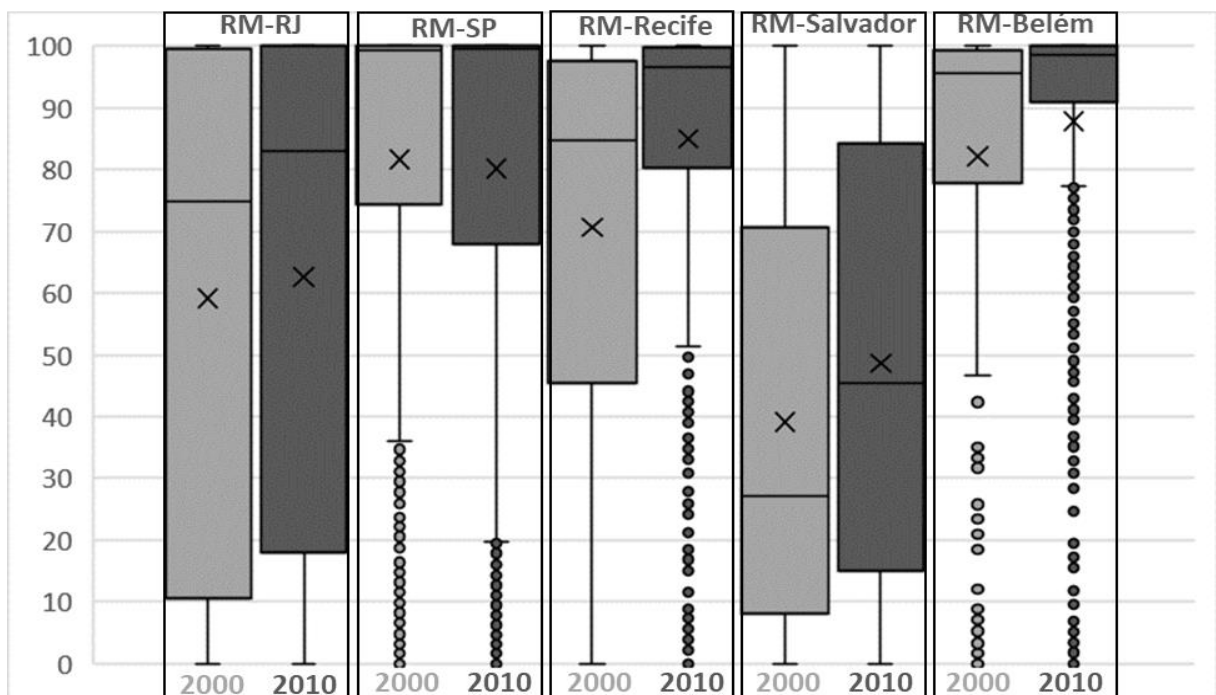
Coleta de lixo

No que se refere à coleta de lixo pelo serviço de limpeza, observamos de forma geral, um avanço na situação dos aglomerados subnormais. As melhorias mais significativas podem ser vistas na RM-Salvador e Recife, que passaram de 39 para 50% e 70 para 85%, respectivamente, em 2010. Apesar disso, a situação da RM-Salvador se mostra atípica em



relação às outras RM, com proporção de coleta de lixo abaixo de 50% ainda em 2010 - como pode ser visto no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Proporção de domicílios com coleta de lixo pelo serviço de limpeza nos Aglomerados Subnormais das RM



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo IBGE para 2000 e 2010

De uma forma geral, a estrutura dos dados para infraestrutura se mostra diferente dos outros dados (socioeconômicos) analisados. Neste tópico pudemos observar pela posição das caixas dos gráficos que há uma discrepância significativa entre as situações das regiões metropolitanas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que mudou nas favelas brasileiras na primeira década do século XXI? Qual era o contexto político e econômico que vivia o país neste período? Estas foram as duas perguntas principais que orientaram este trabalho. O primeiro objetivo foi apresentar um retrato das



favelas brasileiras no período 2000-2010. Mas esta análise não seria completa sem mencionar o contexto político e econômico que o Brasil viveu neste período. Por isso, o segundo objetivo foi discutir a Era Lula como uma espécie de pano de fundo, no qual houve uma mudança no tratamento da pobreza no Brasil.

Através do recorte longitudinal (temporal), podemos observar uma melhora na situação das favelas em relação às várias dimensões estudadas. A Região Metropolitana que obteve maiores avanços, em relação ao ano 2000, foi a de Salvador – que em quase todas as dimensões teve uma melhora significativa. Os dados mostram também que as melhorias foram mais acentuadas nas RM da região Norte (Belém) e Nordeste (Salvador e Recife).

O recorte transversal (entre áreas) indicou que a RM-Recife e Belém tem os piores cenários com relação infraestrutura se comparadas às outras RM, ainda que tenham mostrado uma melhora em relação a 2000. Para entender as situações individuais de cada RM, os dados devem ser estudados considerando o contexto de políticas locais no período.

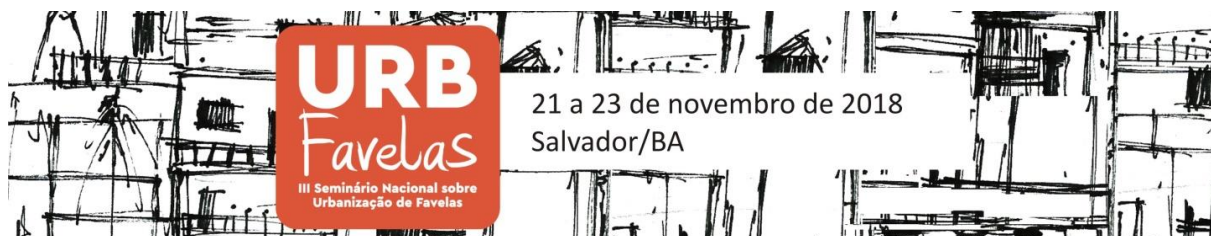
Como dito anteriormente, o objetivo aqui não foi tecer relações de causalidade entre as políticas implementadas no período e uma possível melhora na qualidade de vida das favelas. Com os dados utilizados não seria possível fazer este tipo de relação. No entanto, o contexto do governo Lula foi apresentado porque permite associações com as mudanças encontradas nas favelas no período.

Por fim, quando consideramos todas as dimensões, podemos afirmar que a qualidade de vida nas favelas melhorou na primeira década do século XXI. O período ainda precisa ser melhor avaliado quanto a estas mudanças, no que diz respeito às situações e políticas locais. Ainda assim, este trabalho apresenta um panorama da situação das favelas no governo Lula – somando esforços às pesquisas que avaliam mudanças territoriais nestas áreas.

REFERÊNCIAS

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.124**, 16-06-2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. (Brasília, DF), 2005.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais - Primeiros Resultados*, 2011.

CARVALHO, C. Cidade e Favela: Transescalaridade das Disparidades Sociais? **Caminhos de Geografia**, (Uberlândia) n. 18 v. 63, 2017.

DENALDI, R. MORETTI, R. PAIVA, C. NOGUEIRA, F. PETRAROLLI, J. Urbanização de favelas na região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários. **Caderno Metrôpoles** (São Paulo) v. 18, n.35, abril., 2016.

MARICATO, E. **O Impasse da Política Urbano no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PASTERNAK, S. e D'OTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: Avanços nas análises a partir da leitura territorial do censo de 2010. **Caderno Metrôpoles** (São Paulo) v. 18, n.35, p. 75-99. Abr., 2016.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

UNITED NATIONS. **Report of Poverty eradication**. em < <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/590/98/PDF/N1159098.pdf?OpenElement>> Acessado em 29 nov. 2016.

WOLFFENBÜTTEL, A. Indicadores. **Desafios do Desenvolvimento**, (IPEA: Brasília), v. 1, n.4, 2004.

WORLD BANK. **Life Expectancy at Birth**. em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=BR>>. Acessado em 15/04/2018.

WORLD BANK. **Population living in slums**. em: <<https://data.worldbank.org/indicator/EN.POP.SLUM.UR.ZS>>. Acessado em 15/04/2018.

WORLD BANK. **Poverty headcount ratio at \$1.90 a day**. em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2014&locations=1W&start=1990&view=chart>>. Acessado em 15/04/2018.